



**9^{de}
ABRIL**

Trabalhadores vão às ruas por direitos e qualidade de vida

Num ano repleto de eventos importantes, como a Copa do Mundo e as eleições gerais no País, os trabalhadores vão fazer a sua grande manifestação unitária por direitos e qualidade de vida no dia 9 de abril, na cidade de São Paulo. As Centrais Sindicais convocam o povo para participar da 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, que sairá da Praça da Sé, às 10 horas, e seguirá em passeata até o vão livre do Masp, na Avenida Paulista.

Em março, as instâncias estaduais das Centrais realizarão atos regionais. A mobilização marca a retomada da luta da "Agenda da Classe Trabalhadora", que reúne as propostas para desenvolver o País com soberania, democracia e valorização do trabalho, assim como investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança e mobilidade urbana.

Debate – Apesar da pouca disposição do governo federal ao diálogo, as Centrais querem debater com toda a sociedade propostas que levem o País ao crescimento



econômico com distribuição de renda. Visão contrária à trilha seguida historicamente pelo País, que resultou na apropriação pela elite da riqueza produzida pelo povo.

Assim, os trabalhadores precisam, também, ocupar as ruas, divulgar a Pauta Trabalhista e mostrar o descaso com que governo e empresários têm tratado as reivindicações unitárias do movimento

sindical, como a redução da jornada de trabalho, o fim do Fator Previdenciário e a ampliação de direitos.

A mobilização soará como um recado às forças do retrocesso de que as Centrais Sindicais têm propostas que atendem aos interesses dos trabalhadores e dos empresários, pois o objetivo é desenvolver o País com soberania e valorização do trabalho.

Centrais querem retomar crescimento com mais renda

As Centrais Sindicais defendem um desenvolvimento econômico sustentável, soberano, com distribuição de renda e inclusão social, para assegurar a todos os brasileiros os frutos do crescimento da economia. Por isto, o movimento sindical repudia a política de arrocho nos salários

dos servidores públicos e nos benefícios dos aposentados, os ataques à lei de recuperação do poder de compra do salário mínimo e a tese de que os salários desestabilizam a economia.

Além disto, o movimento sindical exige que o governo mude a política

de aumentar juros para combater a inflação, porque a medida promove uma brutal transferência de renda de toda a sociedade para os rentistas. Tal política causa danos ao setor produtivo, que deixa de investir na produção, o que compromete o emprego e o salário.

8ª MARCHA

Centrais querem garantir política do salário mínimo

Jaécio Santana



Na 7ª Marcha, as Centrais atraíram os movimentos sociais para a manifestação de 2013, em Brasília

De dezembro de 2004 a março de 2013, a Marcha da Classe Trabalhadora arrancou importantes conquistas.

A principal delas foi a instituição da política permanente de valorização do salário mínimo, em vigência até 2015, conforme estabelece a Lei 12.382/11.

A medida definida pelo ex-presidente Lula, em 2007, após pressão das Centrais Sindicais, foi essencial para que o rendimento aumentasse 72,1%, de 2002 até agora, o que elevou o poder de compra dos trabalhadores.

A conquista do movimento sindical, porém, corre sérios riscos de ir por água abaixo. Para que esta política seja estendida de 2016 a 2019, conforme consta do Artigo 4º da referida Lei,

o governo terá de enviar ao Congresso novo projeto de lei até 31 de dezembro de 2015. As Centrais precisam priorizar este debate sob pena de o salário não ter mais a Lei que garanta seu reajuste.

Com a desculpa de que o aumento do mínimo pode prejudicar o País, os empresários pressionam os parlamentares para acabar

com o modelo de aumento anual, que repõe a inflação e concede aumento real levando em conta a variação do PIB, índice que determina quanto o País cresceu. Em defesa do poder de compra do mínimo, as Centrais Sindicais estarão nas ruas exigindo do governo e do Congresso rapidez na elaboração e aprovação deste projeto.

PAUTA TRABALHISTA

- Fim do Fator Previdenciário;
- Jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial;
- Fim do Projeto de Lei 4330, que amplia a terceirização;
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT (*Direito à negociação coletiva e ao reajuste salarial dos servidores públicos*);
- Ratificação da Convenção 158 da OIT;
- Correção da tabela do IR na fonte;
- Reajuste digno para os aposentados;
- Mais investimentos em saúde, educação e segurança;
- Transporte público de qualidade;
- Reforma Agrária;
- Fim dos leilões do petróleo;
- Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

JORNAL DO TRABALHADOR

é uma publicação das Centrais de Trabalhadores

CGTB www.cgtp.org.br
Rua Cons. Brotero, 589 – Fone: (11) 3663-0473
CEP 01154-011 – Santa Cecília – São Paulo – SP

CUT www.cut.org.br
Rua Caetano Pinto, 575 – Fone: (11) 2108-9200
CEP 03041-000 Brás – São Paulo (SP)

NCST www.ncst.org.br
SAF-Sul, Qd. 02, Bl. "D", Térreo, Sl. 102, Tel.: (61) 3226-4000
Ed. Via Esplanada, 70070-600, Brasília, DF

CTB www.ctb.org.br
Av. Liberdade, 113 – 4º – Fone: (11) 3106-0700
CEP 01503-000 – Liberdade – São Paulo – SP

FSINDICAL www.fsindical.org.br
Rua Rocha Pomba, 94 – Fone: (11) 3348-9000
CEP 01506-000 – Liberdade – São Paulo – SP

UGT www.ugt.org.br
Rua Aguiar de Barros, 144 – Fone: (11) 2111-7300
CEP 01316-020 – Bela Vista – São Paulo – SP

EXPEDIENTE

EDIÇÃO: ASSESSORIAS DE IMPRENSA DAS CENTRAIS

REDAÇÃO: Antonio Diniz diniz@fsindical.org.br
André Augusto imprensa@cgtp.org.br
Denis Santos denis.santos@qsmidia.com.br
Fábio Ramalho fabioug@gmail.com
Luiz Carvalho luiz@cut.org.br
Umberto Martins umbertomartins2@gmail.com

ARTE: Jonas de Lima jonas@fsindical.org.br

REVISÃO: Edson Baptista Colete edsoncolete@gmail.com

1ª tiragem: 300.000 de exemplares

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Acabar com a injustiça

No dia 9 de abril, a classe trabalhadora também estará defendendo nas ruas o fim de uma grande injustiça no Brasil: o Fator Previdenciário. Política adotada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que chamava os aposentados de vagabundos, o mecanismo passou a vigorar em 1999 para reduzir o valor das aposentadorias e aumentar o tempo de contribuição.

Assim, o valor real das aposentadorias declinou dramaticamente, de forma que muitos trabalhadores que, no momento da aposentadoria ganhavam de oito a dez salários, passaram a receber metade ou menos da metade do antigo valor. Realmente foram tratados como vagabundos, e a verdade é que a situação não melhorou desde então.

Com o Fator, o trabalhador contribui por 35 anos pelo teto da Previdência mas, na hora de receber, entra em ação o redutor que atinge em até 40% seus vencimentos. Além disto, como a fórmula leva em conta o tempo de contribuição, idade e também a expectativa de vida, o período que o trabalhador precisa pagar para se aposentar aumenta a cada ano, porque os brasileiros têm vivido mais.

MOBILIDADE URBANA

Desafio para o século 21

Um problema das grandes cidades brasileiras, o transporte público já começou a prejudicar também a vida dos trabalhadores e da população em geral dos pequenos municípios. Enquanto o povo luta por transporte público de qualidade, barato e com baixos índices de poluição, as políticas públicas de mobilidade são ineficientes, e não atendem às necessidades da população.

O Brasil adotou um modelo de desenvolvimento centrado no transporte rodoviário tanto para carga como para conduzir as pessoas, deixando de lado outras formas para escoar a produção e transportar os trabalhadores e estudantes, como os veículos que andam sobre trilhos, nos rios e nos mares.

Isto, mais a falta de investimentos em infraestrutura nas cidades, causaram um verdadeiro caos no País. Os congestionamentos são gigantescos. Demora-se horas para ir de um lugar a outro nas cidades. O prejuízo atinge a todos. Os sistemas de saúde público e privado ficam superlotados de pacientes, vítimas dos mais variados tipos de doenças.

A economia brasileira já contabiliza sérios prejuízos financeiros, e as empresas perdem competitividade. É que trabalhador cansado produz menos, e há dificuldade para escoamento da produção, prejudicando as empresas, o emprego e a renda do empregado.

REDUÇÃO DA JORNADA

Medida pode gerar 2 milhões de empregos

Bandeira de luta histórica das Centrais Sindicais, a redução da jornada de trabalho sem o corte nos salários tem como objetivo a ampliação da oferta de emprego, distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida da classe trabalhadora.

A campanha, que surgiu em 2001 no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, avançou bastante em todas as esferas governamentais, mas ainda sofre com o lobby empresarial contrário à redução, alegando que a medida prejudica as empresas.

Contudo, estudos do Dieese mostram que a diminuição da carga de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais poderá criar 2 milhões de empregos no País. A medida vai aumentar o tempo livre do trabalhador, que poderá investir na qualificação profissional ou ter o tempo livre para o convívio familiar e lazer.

Reforma agrária

A reforma agrária continua na ordem do dia no Brasil. Sua necessidade é atestada por milhões de trabalhadores e trabalhadoras sem terra, além de várias entidades que representam os homens e as mulheres do campo. Em conjunto com a reforma agrária,



Os trabalhadores já promoveram vários atos pela redução da semana de trabalho, sem redução salarial

que é o instrumento para democratizar a propriedade rural, é necessário conceder ao agricultor a assessoria técnica e os meios necessários para plantar e colher.

É visível que neste terreno o Brasil retrocedeu ao longo dos últimos anos. Dilma está em

dívida para com os camponeses. Foi o governo que menos assentamentos promoveu se comparada aos dois últimos antecessores, Lula e FHC. Por isto, é criticada pelas lideranças rurais por sua aproximação com os representantes do agronegócio.

Fortalecer a luta por melhores condições de trabalho

A unidade das Centrais Sindicais fortalece o poder de lutar por melhores condições de trabalho, de renda e de vida para os trabalhadores. Para isso, voltamos às ruas em defesa da nossa agenda comum: a pauta de reivindicações que entregamos para a presidenta Dilma Rousseff e

os presidentes da Câmara e do Senado, em março de 2013. Nossa missão agora é consolidar as conquistas que os trabalhadores tiveram nos últimos anos e fortalecer a democracia com a participação da classe trabalhadora.

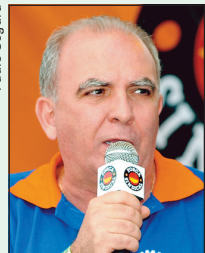


Vagner Freitas – Presidente da CUT

Desenvolvimento com distribuição de renda

Mais uma vez as Centrais vêm a público demonstrar o descontentamento com a posição do governo em tratar com descaso a 'Agenda da Classe Trabalhadora', que agrega a nossa Pauta Trabalhista. Isto porque as nossas propostas apontam para um desenvolvimento econômico sustentável,

com distribuição de renda, valorização das aposentadorias e inclusão social. A política econômica de aumento dos juros como instrumento de estabilização causa danos à produção, ao emprego e à renda, e favorece os rentistas.



Miguel Torres – Presidente da Força Sindical

Unidade na luta pela valorização do trabalho

Em 9 de abril, a classe trabalhadora brasileira e as Centrais Sindicais darão mais uma demonstração de unidade na luta pela valorização do trabalho, defesa dos direitos sociais e de uma vida melhor. A unidade tem sido a chave para o sucesso das nossas batalhas. Foi graças

a ela que conquistamos a política de valorização do salário mínimo e a legalização das Centrais. Unidos, respeitando a diversidade política e ideológica das Centrais, avançaremos na direção de novas conquistas.



Adilson Araújo – Presidente da CTB

Investimento em saúde, educação e segurança

Na mobilização de 9 de abril, a luta será em favor da humanização do trabalho e pelo cumprimento das históricas reivindicações dos trabalhadores. Exigiremos a derrubada do "PL da Terceirização", que lesa os interesses da classe trabalhadora. Defenderemos o fim do Fator Previdenciário, a

jornada de 40 horas semanais, transporte público de qualidade e mais investimentos em saúde, educação e segurança. A luta por melhores condições de trabalho e qualidade de vida é a principal bandeira da Nova Central.



José Calixto Ramos – Presidente da NCST

País precisa de juros baixos e mais direitos

A economia do País está paralisada. Juros exorbitantes, câmbio sobrevalorizado, importações desenfreadas e queda brutal dos investimentos públicos estão levando a indústria à bancarrota. Os nossos recursos estão sendo transferidos aos bancos e às multinacionais. Apenas em 2013

foram gastos, com juros, R\$ 249 bilhões. Assim não dá para atender a população em saúde, educação e transporte, entre outras necessidades. Vamos às ruas exigir a mudança da política econômica para o Brasil crescer.



Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira) – Presidente da CGTB

Vamos para as ruas, pois a hora da mudança é agora

As Centrais Sindicais brasileiras irão às ruas, mais uma vez, para mostrar que somente com união é possível mobilizar a sociedade para alcançar as reivindicações populares e dos trabalhadores. Vamos avançar e dar passos importantes rumo à justiça social e à melhoria na

qualidade de vida de todos e todas. Esta é a hora de intensificar a luta pela Pauta Trabalhista e pela construção de políticas públicas que promovam melhorias na saúde, educação, transporte, segurança e habitação.



Ricardo Patah – Presidente da UGT

TERCEIRIZAÇÃO

Contra a precarização

A proposta de terceirização da mão de obra surgiu no País com a justificativa de que iria valorizar o trabalho, mas o que se verificou foi que a medida reduziu benefícios sociais e trabalhistas, e comprimiu os salários sem estimular a abertura de postos de trabalho.

O movimento sindical repudia a precarização das relações de trabalho, e tem criticado com veemência propostas neste sentido, como a que veio chancelada de forma velada pelo governo federal, que tentou emplacar o PL 4330, do deputado federal Sandro Mabel, empresário do setor de alimentos.

A precarização atrasa o desenvolvimento, corta direitos trabalhistas e achata os salários. Isto reduz o consumo e provoca recessão e desemprego.

MULHER

Luta por igualdade

As mulheres lutam por igualdade no mercado de trabalho, na política e na vida. Por isto, defendem a implementação da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece a efetiva igualdade de oportunidades entre trabalhadoras e trabalhadores.

As mulheres são mais da metade da população (51% de acordo com o IBGE) e 53,1% da população economicamente ativa (Ipea). Na questão salarial, as trabalhadoras ainda recebem cerca de 70% do salário pago aos homens exercendo a mesma função. Ao pagar um salário menor para a mulher, os patrões prejudicam todos os trabalhadores, porque também puxam para baixo o rendimento do homem. Assim, a briga por igualdade é uma briga de todos.

Acompanhe as notícias da **"8ª MARCHA – TRABALHADORES UNIDOS POR MAIS DIREITOS E QUALIDADE DE VIDA"** no Twitter e no Facebook das Centrais Sindicais usando a **hashtag #9abrilDireitosJá**